

Ritter reitera que Vigilância segue normas da Anvisa

Órgão da Saúde registrou cerca de 1,4 mil denúncias apenas neste ano

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Sofia Utz
sofia@jcrs.com.br

O secretário de Saúde, Fernando Ritter, compareceu à sessão da Câmara de Porto Alegre ontem à tarde para prestar esclarecimentos sobre o trabalho da Vigilância em Saúde na Capital. Numa situação incomum, a atuação do órgão foi defendida por parlamentares da oposição, enquanto a base aliada fez duras críticas, alegando que fiscais estariam agindo de maneira arbitrária e antiética.

“A convocação para prestar esclarecimentos sobre as questões de saúde pública é legítima, é um direito do povo.” Sobre as desaprovações vindas de vereadores da base governista, ele assegura que não há tensionamento interno. “Ser base não implica em concordância irrestrita”, sinalizou. “O poder público deve ouvir e considerar as críticas construtivas. Acredito que devemos receber as críticas como um incentivo à melhoria contínua.”

Das cerca de 1,4 mil denúncias recebidas neste ano pela Vigilância em Saúde, 843 tinham teor sanitário. Destas, apenas 30 geraram interdições cautelares e 10 interdições parciais. Na Capital, 87 bairros possuem estabelecimentos com algum tipo de denúncia, ranking liderado pelo Centro Histórico, com 68 queixas. “Porto Alegre não cria regras, segue as determinações da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)”, pontuou Ritter.

Sobre a legislação que prevê uso de câmeras pelos agentes durante vistorias, Ritter explicou que a implementação dos itens está



Secretário confirmou implementação do uso de câmeras pelos agentes

em andamento. Com o repasse de emendas do vereador Jessé Sangalli (PL), a secretaria irá adquirir quatro “dock stations”, equipamento que aumenta a conectividade de um notebook, e de 28 câmeras corporais. A publicação do edital ocorreu na última semana e o processo de contratação está em curso. Nesse período, o secretário de Segurança, Alexandre Aragon, disponibilizou materiais da pasta para que os agentes compreendam o funcionamento e treinem o sistema.

Após a fala do secretário, o vereador Mauro Pinheiro (PP), proponente do convite à Ritter, solicitou 10 minutos de fala, como prevê o regimento em situações de convocação. A presidente da Câmara, vereadora Comandante Nádia (PL), explicou que o secretário havia sido convidado, portanto este não seria o protocolo. “A mesma arbitrariedade que foi feita contra os estabelecimentos está sendo feita nessa casa”, disparou Pinheiro, contrariado.

Em seu discurso, o parlamentar declarou que recebeu mensa-

gens de empreendedores denunciando a conduta de um fiscal específico, que estaria usando sua posição para realizar interdições indevidas. “Em hipótese alguma sou contra fiscalização de estabelecimentos. O que eu sou contra é a forma arbitrária das fiscalizações.”

Junto a Pinheiro, vereadores do PL, PP e Novo pontuaram falhas na atuação dos fiscais da Vigilância e o impacto que as interdições têm no comércio, questionando se há algum modelo de conduta para a fiscalização e a possibilidade de realizar revisões periódicas, para que o órgão não dependa apenas de denúncias para atuar.

Na tribuna, o vereador Jessé Sangalli (PL) reiterou que as críticas ao órgão público não buscam diminuir Ritter e que não há qualquer intenção das bancadas em derrubar o secretário. “Falam isso para semear a discórdia.” Apesar disso, fontes próximas ao governo afirmam que a crítica pública ao secretário foi um erro, já que as mesmas considerações poderiam ser feitas em reunião privada.

Indo contra a regra, os parlamentares de oposição teceram elogios ao secretário e, principalmente, ao trabalho da Vigilância Sanitária. “Estamos qualificando os estabelecimentos de Porto Alegre”, ponderou o vereador Alexandre Bublitz (PT).

O parlamentar também reiterou que trabalho deve ser preventivo, e não só reativo. Para a vereadora Natasha Ferreira (PT), o trabalho do órgão público apenas despertou críticas porque foram realizadas vistorias em estabelecimentos do bairro Moinhos de Vento.

Começa em setembro período para pagar dívidas com desconto

/ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

A partir da segunda-feira da próxima semana, está aberto o prazo de adesão ao RecuperaPOA 2025, programa de recuperação fiscal da prefeitura de Porto Alegre que oferece descontos de até 90% em juros e multas para a regularização de dívidas com o município. A iniciativa segue até 31 de outubro de 2025 e permite parcelamento em até 60 vezes.

Será possível negociar dívidas relacionadas a tributos como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), além de taxas municipais e créditos não tributários inscritos em dívida ativa, inclusive aqueles gerados pelo Departamen-

to Municipal de Limpeza Urbana (DMLU). O desconto máximo de 90% será concedido para pagamento em cota única; para parcelamentos em até seis vezes, o abatimento será de 85%; em até 12 vezes, de 80%; e acima disso, de 40%.

Podem aderir ao programa pessoas físicas e jurídicas com débitos junto ao município, inclusive os já inscritos em dívida ativa, protestados ou em execução fiscal. Também são aceitas dívidas que já tenham sido parceladas anteriormente, mesmo que os parcelamentos tenham sido cancelados. Débitos oriundos do Simples Nacional também podem ser incluídos, desde que tenham sido transferidos ao município. Confissões de dívida formalizadas até 31 de outubro igualmente poderão ser negociadas.

Kassab e Leite participam de ato de filiações ao PSD no Rio Grande do Sul

/ PARTIDOS

Lideranças nacionais do PSD realizam um ato de filiação neste sábado em Porto Alegre. O presidente nacional da sigla, o ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, e o presidente estadual, o governador Eduardo Leite, vão conduzir o encontro que irá ampliar o número de prefeitos e filiados no Estado.

Atualmente, o PSD tem no Rio Grande do Sul o governador Eduar-

do Leite, o deputado federal Danrlei de Deus, o deputado estadual Dimas Costa e 12 prefeitos. Também estão confirmadas as presenças do vice-presidente do PSD, deputado federal Antônio Brito (BA); o presidente do partido em SC, Eron Giordani; o presidente da Assembleia Legislativa de SC, deputado Julio Garcia; o ex-governador do Espírito Santo Paulo Hartung, entre deputados, secretários, prefeitos e vice-prefeitos.

PGR terá mais prazo para opinar sobre cautelares de Bolsonaro

/ JUSTIÇA

Na decisão emitida nesta terça-feira que determina o monitoramento 24 horas da casa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), também ampliou para cinco dias o prazo para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste sobre o possível descumprimento de medidas cautelares e risco de fuga por parte do ex-presidente. Com isso, o prazo passou para segunda-feira.

Nesta segunda, Moraes deu um prazo de 48 horas para que a PGR se manifestasse dizendo se via elementos suficientes de violações de cautelares. O órgão pode até pedir pela prisão preventiva em regime fechado do ex-presidente, que atualmente está preso em casa. No entanto, na decisão desta terça que determinou

o monitoramento constante da residência de Bolsonaro, Moraes escreveu “encaminhe-se os autos à Procuradoria-Geral da República para manifestação quanto às questões pendentes, no prazo de cinco dias”.

O pedido de Moraes por um parecer da PGR se deu após a Polícia Federal (PF) afirmar que o ex-presidente usou redes sociais, o que foi vetado pelo STF, e se comunicou com o general Walter Braga Netto, embora o tribunal tenha proibido o contato entre os réus na ação da tentativa de golpe.

A PF também sustenta que Bolsonaro oferece risco de fuga, devido a uma minuta de pedido de asilo político na Argentina encontrada no celular do político. Moraes também argumenta que a proximidade com o julgamento, que se iniciará em 2 de setembro, justifica os cuidados extras.

DR. ALCEU KNJNLIK

MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA

**UNIMED - IPE
PARTICULAR**

PRAÇA DOM FELICIANO, 78 CJ. 1101 - CENTRO - PORTO ALEGRE

FONE 3221.7172